

9º GRUPAMENTO LOGISTICO

Termo de Referência 55/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
55/2026	160136-9º GRUPAMENTO LOGISTICO	GABRIEL ABNER PACHE DA SILVA	13/04/2026 12:21 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	245/2026	64136.003328/2025-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64136.003328/2025-91)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de construção, por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo **menor preço** por item, visando atender à necessidade de reforma da cobertura (telhado) do pavilhão da Companhia de Transporte do 18º Batalhão de Transporte, localizado em Campo Grande/MS, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência, conforme adequação realizada após análise do tópico 91 do Parecer da CJU Nr 00327.

Ord	Material	CAT MAT	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor total
1	PEDRA BRITADA Nr 1 (9,5 A 19 MM)	216958	m³	5	R\$ 145,5300	R\$ 727,6500
2	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	454500	Sc 50 kg	20	R\$ 38,9200	R\$ 778,4000
3	Areia lavada média, Grãos com diâmetro entre 0,42 e 2 mm.	216954	m³	5	R\$ 103,9000	R\$ 519,5000

4	Vergalhão de aço CA 50, nervurado, Diâmetro Nominal (DN) de 10 mm.	630535	Kg	220	R\$ 12,0000	R\$ 2.640,0000
5	Vergalhão de aço CA 60, nervurado, Diâmetro Nominal (DN) de 4.2 mm	479474	Kg	220	R\$ 12,3900	R\$ 2.725,8000
6	Arame recozido liso, diâmetro 2,7 mm.	294690	kg	10	R\$ 18,6000	R\$ 186,0000
7	Arame recozido liso, diâmetro 1,24 mm.	452807	kg	10	R\$ 15,0000	R\$ 150,0000
8	Tábua de pinus para caixaria com dimensões de 3 metros por 30 centímetros por 2,5 cm.	609325	M	150	R\$ 11,9900	R\$ 1.798,5000
9	Ripão de pinus com dimensões de 3 metros por 10 centímetros por 2 cm.	610569	und	50	R\$ 18,8150	R\$ 940,7500
10	Adesivo estrutural Epóxi para colagem de concreto, bicomponente e média fluidez.	486557	kg	10	R\$ 7,8500	R\$ 78,5000
11	Cabo Flexível 6 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO 450/750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	485621	Rolo 100 m	30	R\$ 514,5000	R\$ 15.435,0000
12	Cabo Flexível 4 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO 450/750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	408495	Rolo 100 m	30	R\$ 207,2500	R\$ 6.217,5000

13	Cabo Flexível 2,5 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO, 450/750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	408494	Rolo 100 m	40	R\$ 139,1250	R\$ 5.565,0000
14	Cabo Flexível 1,5 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor AZUL, VERMELHO, 450 /750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	408493	Rolo 100 m	11	R\$ 119,0000	R\$ 1.309,0000
15	Isolador Plástico 36 x 36, produzida em plástico isolante de alta densidade, com prego.	320168	und	1000	R\$ 12,5000	R\$ 12.500,0000
16	Fita isolante 18 mm x 20 m, PVC auto extingüível à chama.	604732	und	30	R\$ 10,0000	R\$ 300,0000
17	Plafon de led 48 W, dimensões de 40x40, bivolt, quadrado, de sobrepor, luz branca.	603200	und	30	R\$ 28,5000	R\$ 855,0000
18	Luminária de Sobrepor LED Slim 36W 6000K	627928	und	100	R\$ 30,0000	R\$ 3.000,0000
19	Caixa de água de polietileno de 500 l	369403	und	4	R\$ 242,5500	R\$ 970,2000
20	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	617244	und	10	R\$ 8,0600	R\$ 80,6000
21	INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	483583	und	10	R\$ 10,0900	R\$ 100,9000

22	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	483582	und	20	R\$ 8,0000	R\$ 160,0000
23	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	601463	und	20	R\$ 9,9550	R\$ 199,1000
24	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	452737	und	20	R\$ 11,6600	R\$ 233,2000
25	TOMADA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	636407	und	30	R\$ 8,9000	R\$ 267,0000
26	TOMADA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	636417	und	30	R\$ 20,0000	R\$ 600,0000
27	TOMADA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	633379	und	30	R\$ 9,0700	R\$ 272,1000
28	TOMADA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	460995	und	30	R\$ 6,0000	R\$ 180,0000
29	Haste de aterramento diâmetro 5/8" comprimento 3 m	429272	und	30	R\$ 115,0000	R\$ 3.450,0000
30	GRAMPO DUPLO GTDU PARA HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"-3/4"	390946	und	60	R\$ 30,0000	R\$ 1.800,0000
31	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-	471939	und	10		

	MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M, COM TAMPA				R\$ 133,3350	R\$ 1.333,3500
32	CAIXA DE EQUIPOTENCIALIZAÇÃO 40X40X15, COM BARRAMENTO PARA NEUTRO	610905	und	2	R\$ 40,4800	R\$ 80,9600
33	Cabo de Cobre Nu 50mm² – 7 Fios x Ø 3,00 mm (NBR6524)	432011	m	450	R\$ 40,0000	R\$ 18.000,0000
34	Terminal de Compressão Olhal para Cabos 50 mm² com Furo M12	618586	und	120	R\$ 11,0000	R\$ 1.320,0000
35	Captor TIPO Franklin para Para-raio 4 Pontas E 1 Descida 300 mm	368585	und	30	R\$ 165,8300	R\$ 4.974,9000
36	CANO DE 50CM DE SUPORTE PARA O CAPTOR	625924	und	30	R\$ 255,0000	R\$ 7.650,0000
37	Isolador Simples Horizontal 100mm Spda	329207	und	40	R\$ 25,7300	R\$ 1.029,2000
38	RIPA NAO APARELHADA, 5 X 2 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO – BRUTA	610130	M	3000	R\$ 2,4913	R\$ 7.473,9000
39	VIGA NAO APARELHADA 6 X 16 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	222441	M	500	R\$ 120,0000	R\$ 60.000,0000
40	CAIBRO NAO APARELHADO 6 X 5 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU	480613	M	1000	R\$ 12,8000	R\$ 12.800,0000

	EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA					
41	Tábua NAO APARELHADA 20 X 2,5 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	630173	m	50	R\$ 55,5000	R\$ 2.775,0000
42	Tábua de cedrinho, aparelhada de 20 cm x 2,5 cm x 3 m.	612082	m	200	R\$ 28,8850	R\$ 5.777,0000
43	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	333251	kg	30	R\$ 17,9400	R\$ 538,2000
44	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	617707	kg	30	R\$ 14,2000	R\$ 426,0000
45	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 22 X 48 (4 1/4 X 5)	244993	kg	30	R\$ 14,2800	R\$ 428,4000
46	PARAFUSO FRANCES METRICO ZINCADO, DIAMETRO 12 MM, COMPRIMENTO 150 MM, COM PORCA SEXTAVADA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	454318	und	40	R\$ 3,8800	R\$ 155,2000
47	Cupinicida incolor para madeira, resistente a água.	484679	Lata 18 l	10	R\$ 11,1100	R\$ 111,1000
48	Telha termoacústica, metálica em aço galvalume, estilo colonial, cor terracota, com isolamento em PIR (Poliisocianurato), espessura 40 mm, largura útil de 1m e parte inferior com filme de alumínio.	483559	m²	2500	R\$ 120,7000	R\$ 301.750,0000

49	Acabamento frontal para telha termoacústica. (m)	462799	und	300	R\$ 284,1000	R\$ 85.230,0000
50	Cumeeira do espigão para telha colonial (3m)	480881	3 m	30	R\$ 42,0700	R\$ 1.262,1000
51	Conjunto cumeeira superior para telha colonial (m)	631885	und	80	R\$ 100,9200	R\$ 8.073,6000
52	Parafuso Auto Brocante (COSTURA) 7/8" sextavado 5/16", arruela fixa, com pintura terracota.	605479	C x 100un	100	R\$ 41,5000	R\$ 415,0000
53	Parafuso Auto Brocante sextavado 5" X 5/16, com arruela movél de borracha e pintura terracota.	632859	und	1000	R\$ 0,5000	R\$ 500,0000
54	Parafuso Auto Brocante sextavado 4" X 5/16, com arruela movél de borracha e pintura terracota.	632859	und	1000	R\$ 0,5000	R\$ 500,0000
55	Chumbador parabolt 3/8x5" com porca e arruela.	630315	C x 100un	200	R\$ 7,4000	R\$ 1.480,0000
56	Barra roscada com diâmetro de ½", UNC - Polegada rosca grossa, galvanizada.	297475	und	40	R\$ 16,6900	R\$ 667,6000
57	Porca Auto Travante zincada ½" - Pacote 1000 Peças	277033	C x 100un	2000	R\$ 0,7700	R\$ 1.540,0000
58	Arruela para barra roscada de 1/2" Lisa Galvanizado Caixa C/ 1.000 Pçs	630084	und	2000	R\$ 3,6300	R\$ 7.260,0000
59	Barra Chata De Ferro 1.1/2" X 3/16" – barra de 6 m	306896	6 m	10	R\$ 62,9500	R\$ 629,5000
60	Barra Chata De Ferro 2" X 3/16" – barra de 6 m	372660	6 m	2	R\$ 102,9800	R\$ 205,9600

61	Barra de ferro redondo de ½" – barra de 6 m	464713	6 m	10	R\$ 44,9800	R\$ 449,8000
62	Massa PVA para preparação de superfície. Caixa de papelão com 20 kg:	223504	Kg	600	R\$ 22,8500	R\$ 13.710,0000
63	Massa Acrílica para preparação de superfície. Caixa de papelão com 20 kg:	632916	Kg	400	R\$ 3,7098	R\$ 1.483,9200
64	Tinta acrílica 1º linha, rende muito, cor Branco.	636484	Lata 18 l	30	R\$ 135,0000	R\$ 4.050,0000
65	Tinta acrílica 1º linha, rende muito, cor Gelo.	601008	Lata 18 l	30	R\$ 281,5000	R\$ 8.445,0000
66	Esmalte sintético automotivo, cor terracota.	256831	Gl 3,6	6	R\$ 92,0000	R\$ 552,0000
67	Thinner	619549	Lt 5 l	6	R\$ 69,4950	R\$ 416,9700
68	Aguarrás	429924	L	30	R\$ 16,0100	R\$ 480,3000
69	Tinta spray, secagem rápida, uso geral, cor Variada	622260	400 ml	40	R\$ 26,2600	R\$ 1.050,4000
70	Tinta emborrachada líquida Cor terracota	437579	Balde 18 l	10	R\$ 159,9000	R\$ 1.599,0000
71	Silicone Adesivo Pu40 Selante De Poliuretano 400g Cola. Cor cinza.	437579	Tubo 400 g	30	R\$ 176,1100	R\$ 5.283,3000
72	Parafuso auto brocante com os seguintes dados: Diâmetro = 4,2mm Comprimento = 25mm Chave de aperto = Phillips Cabeça = Flangeada rosca = Atarraxante Tipo da ponta = Broca Acabamento = Zincado branco Material = Aço carbono ementado e temperado	623134	mil	5	R\$ 57,2800	R\$ 286,4000

73	Disco De Corte 4.1/2 X 1mm Abrasivo 115mm Aço Inox Metal Ferro Fino	626842	und	200	R\$ 7,2000	R\$ 1.440,0000
74	Disco Flap 4.1/2, Grão 80	481666	und	30	R\$ 4,6200	R\$ 138,6000
75	Soquetes Canhão para Parafusadeira com Imã, encaixe universal 1/4", tamanho 8 a 32 mm.	301013	und	35	R\$ 171,9900	R\$ 859,9500
76	Eletrodo Revestido 2,5 mm	613700	kg	15	R\$ 22,9250	R\$ 343,8750
77	Régua de FORRO DE PVC, 6 mm, FRISADO, BRANCO, RÉGUA DE 20 CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 8 MM E COMPRIMENTO 12 M	630603	M²	900	R\$ 52,6900	R\$ 47.421,0000
78	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	615646	und	5000	R\$ 0,3900	R\$ 1,9500
79	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	632861	mil	5	R\$ 45,0000	R\$ 225,0000
80	PARAFUSO, AUTOATARRAXANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, EM ACO ZINCADO, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	480820	mil	5	R\$ 23,9900	R\$ 119,9500
81	PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL	483590	und	4000	R\$ 2,3850	R\$ 9.540,0000

82	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	471767	6 m	50	R\$ 55,8000	R\$ 2.790,0000
83	Moldura de pvc rígida, Rodaforro de PVC, barra de 6 m	601466	6 m	50	R\$ 33,0000	R\$ 1.650,0000
84	ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	304206	kg	30	R\$ 19,0800	R\$ 572,4000

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	PEDRA BRITADA Nr 1 (9,5 A 19 MM)	m³	3	5	5
2	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Sc 50 kg	10	20	20
3	Areia lavada média, Grãos com diâmetro entre 0,42 e 2 mm.	m³	3	5	5
4	Vergalhão de aço CA 50, nervurado, Diâmetro Nominal (DN) de 10 mm.	Kg	110	220	220
5	Vergalhão de aço CA 60, nervurado, Diâmetro Nominal (DN) de 4.2 mm	Kg	110	220	220
6	Arame recozido liso, diâmetro 2,7 mm.	kg	5	10	10
7	Arame recozido liso, diâmetro 1,24 mm.	kg	5	10	10
8	Tábua de pinus para caixaria com dimensões de 3 metros por 30 centímetros por 2,5 cm.	M	60	150	150
9	Ripão de pinus com dimensões de 3 metros por 10 centímetros por 2 cm.	und	30	50	50

10	Adesivo estrutural Epóxi para colagem de concreto, bicomponente e média fluidez.	kg	5	10	10
11	Cabo Flexível 6 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO 450/750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	Rolo 100 m	15	30	30
12	Cabo Flexível 4 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO 450/750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	Rolo 100 m	15	30	30
13	Cabo Flexível 2,5 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO, 450/750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	Rolo 100 m	20	40	40
14	Cabo Flexível 1,5 mm², que atenda a norma ABNT NBR NM 247-3, cor AZUL, VERMELHO, 450/750 V e com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo.	Rolo 100 m	5	11	11
15	Isolador Plástico 36 x 36, produzida em plástico isolante de alta densidade, com prego.	und	500	1000	1000
16	Fita isolante 18 mm x 20 m, PVC auto extingüível à chama.	und	15	30	30
17	Plafon de led 48 W, dimensões de 40x40, bivolt, quadrado, de sobrepor, luz branca.	und	15	30	30
18	Luminária de Sobrepor LED Slim 36W 6000K	und	50	100	100

19	Caixa de água de polietileno de 500 l	und	2	4	4
20	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	und	5	10	10
21	INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	und	5	10	10
22	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	und	10	20	20
23	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	und	10	20	20
24	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, cor branca.	und	10	20	20
25	TOMADA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	und	15	30	30
26	TOMADA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	und	15	30	30
27	TOMADA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	und	15	30	30
28	TOMADA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA.	und	15	30	30
29	Haste de aterramento diâmetro 5/8" comprimento 3 m	und	15	30	30
30	GRAMPO DUPLO GTDU PARA HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"-3/4"	und	30	60	60
	CAIXA DE INSPEÇÃO				

31	PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M, COM TAMPA	und	5	10	10
32	CAIXA DE EQUIPOTENCIALIZAÇÃO 40X40X15, COM BARRAMENTO PARA NEUTRO	und	1	2	2
33	Cabo de Cobre Nu 50mm ² – 7 Fios x Ø 3,00 mm (NBR6524)	m	220	450	450
34	Terminal de Compressão Olhal para Cabos 50 mm ² com Furo M12	und	60	120	120
35	Captor TIPO Franklin para Para-raio 4 Pontas E 1 Descida 300 mm	und	15	30	30
36	CANO DE 50CM DE SUPORTE PARA O CAPTOR	und	15	30	30
37	Isolador Simples Horizontal 100mm Spda	und	20	40	40
38	RIPA NAO APARELHADA, 5 X 2 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO – BRUTA	M	1500	3000	3000
39	VIGA NAO APARELHADA 6 X 16 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	250	500	500
40	CAIBRO NAO APARELHADO 6 X 5 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	500	1000	1000
	Tábua NAO APARELHADa				

41	20 X 2,5 CM, EM MACARANDUBA /MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	30	50	50
42	Tábua de cedrinho, aparelhada de 20 cm x 2,5 cm x 3 m.	m	100	200	200
43	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	kg	15	30	30
44	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	kg	15	30	30
45	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 22 X 48 (4 1/4 X 5)	kg	15	30	30
46	PARAFUSO FRANCES METRICO ZINCADO, DIAMETRO 12 MM, COMPRIMENTO 150 MM, COM PORCA SEXTAVADA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	und	20	40	40
47	Cupinicida incolor para madeira, resistente a água.	Lata 18 l	5	10	10
48	Telha termoacústica, metálica em aço galvalume, estilo colonial, cor terracota, com isolamento em PIR (Poliisocianurato), espessura 40 mm, largura útil de 1m e parte inferior com filme de alumínio.	m²	1300	2500	2500
49	Acabamento frontal para telha termoacústica. (m)	und	150	300	300
50	Cumeeira do espigão para telha colonial (3m)	3 m	15	30	30
51	Conjunto cumeeira superior para telha colonial (m)	und	40	80	80
52	Parafuso Auto Brocante (COSTURA) 7/8” sextavado 5/16”, arruela fixa, com pintura terracota.	mil	5	10	10
	Parafuso Auto Brocante				

53	sextavado 5" X 5/16, com arruela movél de borracha e pintura terracota.	und	500	1000	1000
54	Parafuso Auto Brocante sextavado 4" X 5/16, com arruela movél de borracha e pintura terracota.	und	500	1000	1000
55	Chumbador parabolt 3/8x5" com porca e arruela.	Cx 100un	100	200	200
56	Barra roscada com diâmetro de 1/2", UNC - Polegada rosca grossa, galvanizada.	und	20	40	40
57	Porca Auto Travante zincada 1/2" - Pacote 1000 Peças	Cx 100un	1000	2000	2000
58	Arruela para barra roscada de 1/2" Lisa Galvanizado Caixa C/ 1.000 Pçs	und	1000	2000	2000
59	Barra Chata De Ferro 1.1/2" X 3/16" – barra de 6 m	6 m	5	10	10
60	Barra Chata De Ferro 2" X 3/16" – barra de 6 m	6 m	1	2	2
61	Barra de ferro redondo de 1/2" – barra de 6 m	6 m	5	10	10
62	Massa PVA para preparação de superfície. Caixa de papelão com 20 kg:	Kg	300	600	600
63	Massa Acrílica para preparação de superfície. Caixa de papelão com 20 kg:	Kg	200	400	400
64	Tinta acrílica 1º linha, rende muito, cor Branco.	Lata 18 l	15	30	30
65	Tinta acrílica 1º linha, rende muito, cor Gelo.	Lata 18 l	15	30	30
66	Esmalte sintético automotivo, cor terracota.	Gl 3,6	3	6	6
67	Thinner	Lt 5 l	3	6	6
68	Aguarrás	L	15	30	30
69	Tinta spray, secagem rápida, uso geral, cor Variada	400 ml	20	40	40
70	Tinta emborrachada líquida Cor terracota	Balde 18 l	5	10	10
71	Silicone Adesivo Pu40 Selante De Poliuretano 400g Cola. Cor cinza.	Tubo 400 g	15	30	30
	Parafuso auto brocante com os seguintes dados:				

72	Diâmetro = 4,2mm Comprimento = 25mm Chave de aperto = Phillips Cabeça = Flangeada rosca = Atarraxante Tipo da ponta = Broca Acabamento = Zincado branco Material = Aço carbono ementado e temperado	mil	2	5	5
73	Disco De Corte 4.1/2 X 1mm Abrasivo 115mm Aço Inox Metal Ferro Fino	und	100	200	200
74	Disco Flap 4.1/2, Grão 80	und	15	30	30
75	Soquetes Canhão para Parafusadeira com Imã, encaixe universal 1/4", tamanho 8 a 32 mm.	und	2	5	5
76	Eletrodo Revestido 2,5 mm	kg	7	15	15
77	Régua de FORRO DE PVC, 6 mm, FRISADO, BRANCO, RÉGUA DE 20 CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 8 MM E COMPRIMENTO 12 M	M²	500	900	900
78	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	mil	3	5	5
79	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	mil	3	5	5
80	PARAFUSO, AUTOATARRAXANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, EM ACO ZINCADO, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	mil	3	5	5
81	PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO	und	2000	4000	4000

	CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL				
82	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	6 m	25	50	50
83	Moldura de pvc rígida, Rodaforro de PVC, barra de 6 m	6 m	25	50	50
84	ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG /M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	kg	15	30	30

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados do(a) **homologação do pregão**, prorrogável por até 1 ano, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar, o qual fundamenta a presente contratação, especialmente quanto à definição da solução, requisitos e justificativa técnica e econômica.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.
- 2.4. A presente contratação justifica-se pela necessidade de realizar a reforma da cobertura do pavilhão da Companhia de Transporte do 18º Batalhão de Transporte, diante do desgaste estrutural identificado, com riscos de infiltrações e danos ao patrimônio público.

A aquisição dos materiais permitirá a execução das intervenções necessárias, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais, bem como a segurança do efetivo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A execução do fornecimento dos bens será iniciada, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, por intermédio de um planejamento acordado entre a Contratante e a licitante vencedora do certame denominada Contratada;

3.3. O fornecimento dos bens contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IGAM, ANVISA e demais órgãos que os regulam.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição, setembro 2023, em perfeito atendimento das Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e do Decreto nº 7.746/2012, conforme determinado no tópico 42 do Parecer da CJU Nr 00327, :

4.2. A contratante deve atender o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil, buscando fornecedores legalmente licenciados para o transporte de entulho e responsabilizando os geradores e transportadores pelo pós-consumo e o direcionamento do produto final.

4.3 Dos materiais relacionados a MADEIRAS: CHAPAS DE COMPENSADOS, RIPAS, CAIBROS, TÁBUAS, VIGAS:

4.4. Somente será admitida a oferta de produto cuja origem seja comprovadamente legal, nos termos da legislação vigente, mediante a apresentação de Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais —Sinaflor.

4.5. Caso os produtos ou subprodutos florestais a serem fornecidos tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.6. A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

4.6.1. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável -PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente —SISNAMA;

4.6.2. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente —SISNAMA;

4.6.3. Florestas plantadas; e

4.6.4. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.6.5. A contratada deverá observar as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.

4.6.6. A contratada deverá apresentar na entrega do objeto a cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais —Sinaflor juntamente com a Nota Fiscal.

4.7 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF /Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.8 A contratada deverá apresentar comprovantes de registro regular do transportador dos produtos ou Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Gestão e Inovação Atualização: ABR/2025 16 de 54 subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais—CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata. 4.9 A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor /Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo. Indicação de marcas ou modelos

Indicação de marcas ou modelos

4.9. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.10. Não será necessária a vedação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista que os padrões de especificação e qualidade são facilmente definidos e apurados

Da exigência de amostra

4.11. Não será exigida amostras dos itens aos licitantes provisoriamente em primeiro lugar, tendo em vista que se trata de bens cujos padrões de especificação e qualidade são facilmente definidos.

Da exigência de carta de solidariedade

4.12. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, **não** será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta.

Subcontratação

4.13. para atender a necessidade desta contratação, não será aceitável a subcontratação, tendo em vista que os bens a serem licitados se tratam da mesma natureza, todos associados a materiais de construção.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.15. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.15.1. Visando a necessidade da aplicação do material de construção em sua totalidade, a separação de quantidade pode inviabilizar a continuação dos serviços de reforma

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única dos itens e respectivas quantidades nela constantes.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A entrega dos materiais Objeto do processo licitatório deverá ser realizada de forma integral (todos os itens constantes da ORDEM DE FORNECIMENTO anexa à Nota de Empenho considerada e para cada item as quantidades ali especificadas), de 2ª a 5ª feira, das 09:00 h às 11:30 h e das 13:00 h às 16:00 h, ou às 6ª feiras das 08:00 h às 11:00 h, no seguinte local.

5.3.1 Almoxarifado do Comando do 9º Grupamento Logístico (CMDO DO 9º GPT LOG), no seguinte Endereço: Av. Duque de Caxias, 1127 – Bairro Amambaí – Campo Grande – MS – CEP 79.100-400.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6 Os itens que apresentarem vício ou defeito nos termos previstos na garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem os mesmos padrões de qualidade e desempenho; ou superiores aos dos itens utilizados na fabricação.

5.7 Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação.

5.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9 O custo referente ao transporte dos materiais envolvidos na substituição e a destinação dos itens defeituosos substituídos será de responsabilidade do Contratado.

5.10 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do

contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

7.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (10 por cento) do valor do item.

7.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do item.

7.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do item..

7.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1 % (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do item..

7.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do item.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (Cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Construção Civil (INCC) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial ou total.

Cessão de Crédito

- 8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/04/2026 (primeiro de abril de dois mil e vinte e cinco).
- 8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Índice Nacional de Construção Civil (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de expedido por certidão estadual

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% [5 por cento] do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;
- 9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.34.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]
- 9.34.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A19]
- 9.34.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de 712.179,2350 (setecentos e doze mil, cento e setenta e nove reais e vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. O valor de referência para aplicação do menor preço corresponde a R\$ 0,1 (um centavo)

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.[A3]

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.5. A estimativa de preços foi realizada com base em pesquisa de mercado, observando as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e demais fontes disponíveis.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Campo Grande, MS 13 de Abril de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 01 ano, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9] ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das

obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, Seção Judiciária de Campo Grande para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIEL ABNER PACHE DA SILVA
Chefe da Equipe de Planejamento

YURI MENDES DOS SANTOS
Membro da Equipe de Planejamento

Despacho: Na qualidade de Cmt do 18º B Trnp aprovo o presente Termo de Referência, para fins de autorizar a continuidade do Processo Licitatório.

PAULO COMUNALE
Comandante do 18º Batalhão de Transporte

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência por atender aos aspectos formais e legais.

RODRIGO DA SILVA ALVES

Ordenador de Despesas